

Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos a atenção para o fato de os passivos circulantes individuais e consolidados da Companhia e suas controladas excederem o total dos ativos circulantes individuais e consolidados nos montantes de R\$46.052 mil e R\$200.808 mil, respectivamente (R\$47.744 mil e R\$205.541 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022), em decorrência sobretudo da reclassificação dos saldos de “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” do não circulante para o circulante, em atendimento ao disposto no item 69 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1), em razão de os respectivos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores de poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) determinado nos contratos.

A Administração da Companhia está tomando as providências necessárias para a regularização da situação com os credores, conforme descrito nas notas explicativas nº 14 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.10 e nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável para seu ativo imobilizado. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$255.691 mil. Esses ativos são referentes aos parques eólicos e compostos, em sua maioria, pelos aerogeradores alocados na linha de máquinas e equipamentos.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii) há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável do ativo imobilizado; (ii) a avaliação da razoabilidade do modelo e metodologia utilizados pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o envolvimento de nossos especialistas para nos auxiliar na avaliação da taxa de desconto utilizada; e (iv) a avaliação das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia, e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações em notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 5 de abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022	2023	2022
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	16	17	1.862	1.912	Fornecedores	13	-	7	1.299	1.791
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	1.783	1.304	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	151.204	158.692
Contas a receber	6	-	-	3.976	4.154	Debêntures	14	50.015	50.497	50.015	50.497
Impostos e contribuições a recuperar		13	13	55	55	Arrendamentos	16	-	-	19	24
Dividendos a receber		3.941	2.731	-	-	Obrigações trabalhistas		-	-	98	131
Outros ativos		-	1	409	1.253	Obrigações tributárias		7	2	821	784
Total dos ativos circulantes		<u>3.970</u>	<u>2.762</u>	<u>8.085</u>	<u>8.678</u>	Outros passivos	17	-	-	5.437	2.300
						Total dos passivos circulantes		<u>50.022</u>	<u>50.506</u>	<u>208.893</u>	<u>214.219</u>
NÃO CIRCULANTES											
Caixa Restrito	7	-	-	821	1.246						
Aplicações financeiras vinculadas	7	6.641	-	16.145	8.976	NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber	6	-	-	3.644	2.022	Arrendamentos	16	-	-	2.906	2.661
Partes relacionadas	8	4.839	2.848	2.412	1.000	Partes relacionadas	8	-	909	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	9	16.504	23.622	-	-	Outros passivos	17	-	-	8.061	1.969
Outros ativos		-	-	145	145	Total dos passivos não circulantes		-	909	10.967	4.630
Investimentos	10	85.305	81.209	-	-						
Imobilizado	11	-	-	255.691	255.536	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	12	-	-	154	272	Capital social	19	90.063	80.431	90.063	80.431
Total dos ativos não circulantes		<u>113.289</u>	<u>107.679</u>	<u>279.012</u>	<u>269.197</u>	Prejuízos acumulados		<u>(22.826)</u>	<u>(21.405)</u>	<u>(22.826)</u>	<u>(21.405)</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>67.237</u>	<u>59.026</u>	<u>67.237</u>	<u>59.026</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u><u>117.259</u></u>	<u><u>110.441</u></u>	<u><u>287.097</u></u>	<u><u>277.875</u></u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>117.259</u></u>	<u><u>110.441</u></u>	<u><u>287.097</u></u>	<u><u>277.875</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
 (Em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor da ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	20	-	-	42.805	39.544
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	21	-	-	(24.938)	(23.953)
LUCRO BRUTO		-	-	17.867	15.591
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Receitas (Despesas) gerais e administrativas	22	(195)	(23)	3.162	(657)
Equivalência patrimonial	10	5.306	(507)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		5.111	(530)	21.029	(657)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	152	7	1.604	1.483
Despesas financeiras	23	(6.684)	(7.270)	(22.179)	(22.435)
		(6.532)	(7.263)	(20.575)	(20.952)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.421)	(7.793)	454	(6.018)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	24	-	-	(1.875)	(1.775)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.421)	(7.793)	(1.421)	(7.793)
Média ponderada de ações integralizadas - em milhares		86.874	80.704		
Prejuízo por ação (em reais - R\$)		(0,01636)	(0,09656)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1.421)	(7.793)	(1.421)	(7.793)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(1.421)</u>	<u>(7.793)</u>	<u>(1.421)</u>	<u>(7.793)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		80.431	(13.612)	66.819
Prejuízo do exercício		-	(7.793)	(7.793)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>80.431</u>	<u>(21.405)</u>	<u>59.026</u>
Integralização de capital	19.1	9.632	-	9.632
Prejuízo do exercício		-	(1.421)	(1.421)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u><u>90.063</u></u>	<u><u>(22.826)</u></u>	<u><u>67.237</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(1.421)	(7.793)	(1.421)	(7.793)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	21	-	-	14.080	13.502
Apropriação de juros sobre arrendamentos	16	-	-	305	281
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	6.438	7.038	20.592	21.389
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	198	157	198	157
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	23	(153)	(7)	(1.475)	(1.483)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(5.306)	507	-	-
Valor residual de baixa intangível		-	-	84	-
Variação de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(1.444)	552
Impostos a recuperar		-	(2)	-	(1)
Outros ativos		1	-	844	(21)
Fornecedores		(7)	7	(492)	1.377
Obrigações trabalhistas		-	-	(33)	48
Obrigações tributárias		5	(1)	1.667	1.569
Outros passivos		-	-	2.890	1.339
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(3.942)	(3.979)	(16.572)	(17.126)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.630)	(1.576)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(4.187)</u>	<u>(4.073)</u>	<u>17.593</u>	<u>12.214</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas, caixa restrito e títulos e valores mobiliários		(6.488)	7	(5.760)	5.742
Dividendos recebidos	10 a)	-	808	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	(7.572)	(6.486)
Partes relacionadas		(2.900)	(446)	(1.412)	(67)
Ações preferenciais resgatáveis		<u>7.118</u>	<u>6.413</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(2.270)</u>	<u>6.782</u>	<u>(14.744)</u>	<u>(811)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Integralização do capital social		9.632	-	9.632	-
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(3.176)	(2.696)	(12.188)	(10.918)
Arrendamentos pagos		-	-	(343)	(312)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>6.456</u>	<u>(2.696)</u>	<u>(2.899)</u>	<u>(11.230)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1)</u>	<u>13</u>	<u>(50)</u>	<u>173</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo no início do exercício		17	4	1.912	1.739
Saldo no fim do exercício		16	17	1.862	1.912
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1)</u>	<u>13</u>	<u>(50)</u>	<u>173</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., “Sociedade por Ações” de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 4º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP- 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de outubro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos circulantes individuais e consolidados da Companhia e suas controlas excederam o total dos ativos circulantes nos montantes de, respectivamente, R\$46.052 e 200.808 (R\$47.744 e 205.541 em 31 de dezembro de 2022) em decorrência, substancialmente, da reclassificação dos saldos de “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” do circulante para o não circulante, conforme evidenciado nas notas explicativas nº 14 e nº 15, respectivamente. A reclassificação desse montante para o Passivo Circulante deveu-se exclusivamente ao atendimento do disposto do item 69 do CPC 26 (R1), em razão dos contratos de financiamento da Companhia conterem cláusula estabelecendo a faculdade dos credores poderem declarar o vencimento antecipado dos créditos, decorrente de não atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da dívida (“ICSD”) determinado nos contratos. Conforme prerrogativas previstas nas cláusulas contratuais, caso a Companhia não atinja o ICSD previsto de 1,20, a Companhia deverá depositar na conta de complementação do ICSD os recursos necessários para reestabelecer o cálculo do ICSD de 1,20.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 14 e nº 15, a Companhia, conforme estabelecido na Escritura das Debêntures, realizou um depósito, em 03 de abril de 2023, no montante de R\$6.488 na conta reserva (de complementação do ICSD), a fim de reestabelecer o índice de 1,20 e, assim, possibilitar a não execução do vencimento antecipado das Debêntures para o exercício de 2022. Para o exercício de 2023, com o índice apurado, a Companhia deverá manter na conta reserva (de complementação do ICSD), o montante de R\$733.

Adicionalmente, a Companhia, em relação ao saldo de empréstimos, solicitou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES um waiver para dispensa do atingimento do referido índice, para o exercício 2023. Contudo, até a emissão dessas Demonstrações Financeiras, a referida dispensa não fora formalizada. Para o exercício de 2022, o waiver foi concedido e formalizado.

A Companhia continuará a tomar as medidas ao seu alcance para possibilitar a reclassificação das dívidas novamente para o não circulante, que depende do êxito das medidas descritas nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	2023 e 2022
Eólica Serra das Vacas V S.A.	26.000	11.600	100%
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	26.000	11.000	100%
	<u>52.000</u>	<u>22.600</u>	

As empresas controladas têm sede no município de São Paulo, estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paratama, Estado de Pernambuco. A construção foi finalizada em agosto de 2017 e operaram em fase de testes entre setembro e novembro de 2017. Em 1º de dezembro de 2017, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

As controladas, por meio das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 126, de 16 de abril de 2015, e nº 127, de 16 de abril de 2015, foram autorizadas a estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, as controladas assinaram contratos de energia de reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017.

As controladas ofertaram, a partir de 1º de outubro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica aos contratos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, que inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

3.5. Instrumentos financeiros - passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de Energia de Reserva são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia e controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) são amortizados, pelo prazo de autorização do parque eólico

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.12. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.14. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Consequentemente, o prejuízo básico por ação não difere do prejuízo diluído por ação.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.16. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021)	A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices. O grupo não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17).	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Declaração da Prática 2 da IFRS	Divulgação de Políticas Contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação Reforma Tributária Internacional - Regra do Modelo do Pilar Dois	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de Estimativas Contábeis	01.01.2023

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01/01/2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01/01/2024

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depósitos bancários	16	17	1.862	1.912

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	-	-	1.783	1.304

(*) Refere-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os rendimentos médios foram de 99,34% do CDI (99,81% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2022).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2023	2022
Fornecimento contratual de energia - CER (a)	3.976	4.154
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia - CER (b)	3.644	2.022
	<u>7.620</u>	<u>6.176</u>
Circulante	3.976	4.154
Não Circulante	3.644	2.022
	<u>7.620</u>	<u>6.176</u>

(a) Saldo referente a contratos de energia de reserva.

(b) Saldo referente ao saldo de superávit de geração, apurado por suas controladas no 2º ano do 2º quadriênio iniciado em outubro de 2021.

7. CAIXA RESTRITO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

a) Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2023	2023	2023	2022
Depósitos bancários	-	-	821	1.246

b) Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fundo Bradesco H Fundo de Investimento				
Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo (i)	6.641	-	16.145	8.976

(i) Referem-se a aplicações no Bradesco H FI RF Referenciado DI longo prazo cuja carteira é composta de aproximadamente 68% de suas operações atreladas a títulos públicos federais e 32% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os rendimentos médios foram de 99,65% do CDI (100,71% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Os itens (a) e (b), referentes a caixa restrito e as aplicações financeiras vinculadas, são mantidos no ativo não circulante como forma de garantia, e vinculados ao financiamento obtido junto ao BNDES e as Debêntures mencionados nas notas explicativas nº 14 e nº 15.

8. PARTES RELACIONADAS

8.1. Ativos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Eólica Serra das Vacas I S.A. (a)	-	-	172	125
Eólica Serra das Vacas II S.A. (a)	-	-	172	125
Eólica Serra das Vacas III S.A. (a)	-	-	172	125
Eólica Serra das Vacas IV S.A. (a)	-	-	172	125
Eólica Serra das Vacas V S.A. (b)	198	-	-	-
Eólica Serra das Vacas VII S.A. (b)	4.641	2.848	-	-
Eólica Serra das Vacas Holding III S.A. (c)	-	-	862	500
Eólica Serra das Vacas IX S.A. (c)	-	-	862	500
	<u>4.839</u>	<u>2.848</u>	<u>2.412</u>	<u>1.000</u>

(a) Refere-se a reembolso de compartilhamento de infraestrutura.

(b) Refere-se a operações de mútuos a receber com as controladas, sobre as quais não incidem juros e não há prazo de vencimento determinado.

(c) Refere-se dispêndios a reembolsar com a Eólica Serra das Vacas Holding III S.A e Eólica Serra das Vacas IX S.A.

8.2. Dividendos a Receber

	2023	2022
Eólica Serra das Vacas V S.A.	261	-
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	3.680	2.731
	<u>3.941</u>	<u>2.731</u>

8.3. Passivos a pagar

	2023	2022
Eólica Serra das Vacas V S.A.	-	909

Refere-se a operações de mútuos a pagar com as controladas, sobre as quais não incidem juros e não há prazo de vencimento determinado

8.4. Remuneração da Administração

No ano de 2023 a remuneração dos Administradores foi de R\$102 (R\$170 no ano de 2022), ao qual houve o rateio entre as controladas de todo o grupo conforme mencionado no item 8.1 (a), mantendo como custo agregado a esta companhia e suas controladas o montante de R\$88. Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria ou remuneração baseada em ações.

9. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	2023	2022
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	16.504	23.622

a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$48.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 5.370.108. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas V S.A. - R\$	2,9224	0,0269	2,8955
Eólica Serra das Vacas VII S.A. - R\$	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$475, e parte como reserva de capital no montante de R\$16.029. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$16.504, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas V S.A.	2.651.636	7.899	221	7.678
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	2.655.472	8.605	254	8.351
	<u>5.370.108</u>	<u>16.504</u>	<u>475</u>	<u>16.029</u>

	2022				Saldo 31/12/2022
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital		Total reserva	
		31/12/2021	Valor resgatado		
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	14.658	(3.329)	11.329	11.550
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	14.902	(3.084)	11.818	12.072
	<u>475</u>	<u>29.560</u>	<u>(6.413)</u>	<u>23.147</u>	<u>23.622</u>
	2023				Saldo 31/12/2023
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital		Total reserva	
		31/12/2022	Valor resgatado		
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	11.329	(3.651)	7.678	7.899
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	11.818	(3.467)	8.351	8.605
	<u>475</u>	<u>23.147</u>	<u>(7.118)</u>	<u>16.029</u>	<u>16.504</u>

10. INVESTIMENTOS

a) Movimentação do saldo dos investimentos:

Controlada	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Saldo em 31/12/2022
Eólica Serra das Vacas V S.A.	38.073	359	-	38.432
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	43.642	(865)	-	42.777
	<u>81.715</u>	<u>(507)</u>	<u>-</u>	<u>81.209</u>
Controlada	Saldo em 31/12/2022	Equivalência patrimonial	Dividendos distribuídos	Saldo em 31/12/2023
Eólica Serra das Vacas V S.A.	38.432	1.099	(261)	39.270
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	42.777	4.207	(949)	46.035
	<u>81.209</u>	<u>5.306</u>	<u>(1.210)</u>	<u>85.305</u>

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

Empreendimentos	2023			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	137.397	(98.127)	(39.270)	1.099
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	143.027	(96.992)	(46.035)	4.207
	<u>280.424</u>	<u>(195.119)</u>	<u>(85.305)</u>	<u>5.306</u>

Empreendimentos	2022			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	138.676	(100.244)	(38.073)	359
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	140.078	(97.301)	(43.642)	(865)
	<u>278.754</u>	<u>(197.545)</u>	<u>(81.715)</u>	<u>507</u>

11. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

Consolidado	
	Material Sobressalente
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.702
Aquisições	6.473
Transferências	(7.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>6.754</u>
Aquisições	7.572
Transferências	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>14.326</u>

b) Imobilizado em serviço

	Consolidado						Total
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Provisão para Desmobilização (*)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	668	26.006	225.035	6	2.325	555	254.595
Arrendamento	-	-	-	-	222	-	222
Depreciações	-	(1.061)	(12.282)	-	(107)	(18)	(13.468)
Aquisições	-	-	12	-	-	-	12
Transferência	-	-	7.421	-	-	-	7.421
Saldo em 31 de dezembro de 2022	668	24.945	220.186	6	2.440	537	248.782
Arrendamento	-	-	-	-	290	-	290
Depreciações	-	(1.061)	(12.639)	-	(118)	(228)	(14.046)
Desmobilização	-	-	-	-	-	6.339	6.339
Saldo em 31 de dezembro de 2023	668	23.884	207.547	6	2.612	6.648	241.365
Segregado em:							
Custo	668	30.266	282.367	6	3.074	6.967	323.348
Depreciação acumulada	-	(6.382)	(74.820)	-	(462)	(319)	(81.983)
	668	23.884	207.547	6	2.612	6.648	241.365
Total do ativo imobilizado em 2023							255.691
Total do ativo imobilizado em 2022							255.536

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente. A provisão foi reconhecida no ativo imobilizado em contrapartida de outros passivos no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

12. INTANGÍVEL

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	116	190	306
Amortização	(5)	(29)	(34)
Aquisição	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	111	161	272
Amortização	(4)	(30)	(34)
Baixas	-	(84)	(84)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	107	47	154
Segregado em:			
Custo	132	161	293
Depreciação	(25)	(114)	(139)
	107	47	154

13. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços	-	7	1.299	1.791

14. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. aprovou, em 27 de outubro de 2017, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Para esta série foram emitidas 48.000 (quarenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da emissão de R\$48.000 (quarenta e oito milhões de reais).

As debêntures serão amortizadas em 28 (vinte e oito) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2018 e juros de 7,31 % ao ano + Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. O montante foi liberado à Companhia em dezembro de 2017.

Os recursos líquidos captados em 11 de dezembro de 2017 foram destinados a investimentos nas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

A Escritura das Debêntures prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não atingiu o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,17 e 0,97, respectivamente. Desta forma, a Companhia procedeu com a transferência de todo o saldo da dívida do não circulante para o circulante.

Conforme previsto na escritura de debêntures, caso o ICSD consolidado da Companhia não atinja 1,20 ao final do exercício, deverá ser efetuado um depósito na conta de complementação do ICSD no montante necessário para que o saldo da referida conta, após o depósito, resulte em um cálculo do ICSD de 1,20.

Para o ICSD apurado em 31 de dezembro de 2022, houve a necessidade de se efetuar um depósito no montante de R\$6.488, que ocorreu em 03 de abril de 2023.

Para que o ICSD consolidado apurado em 31 de dezembro de 2023 (no valor de 1,17) resulte em 1,20, a Companhia deverá manter o montante complementar de R\$733, podendo resgatar a diferença entre o montante depositado para complementar o exercício de 2022.

A Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Principal e juros incorridos	53.312	53.992
(-) Custo de transação a amortizar	(3.297)	(3.495)
	<u>50.015</u>	<u>50.497</u>
Segregado entre:		
Circulante	50.015	50.497
Não circulante	-	-
	<u>50.015</u>	<u>50.497</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	49.977
Juros incorridos	7.038
Amortização de juros	(3.979)
Amortização de principal	(2.696)
Apropriação custos a amortizar	157
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>50.497</u>
Juros incorridos	6.438
Amortização de juros	(3.942)
Amortização de principal	(3.176)
Apropriação custos a amortizar	198
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>50.015</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de março de 2034.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., ações das empresas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

Por fim, note-se que o financiamento em questão prevê cláusula de vencimento antecipado referente ao não atingimento pela Companhia de Índice de Cobertura do Serviço da dívida ("ICSD") de 1,20, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não atingiu o índice acima determinado, sendo que o índice apurado foi 1,17 e 0,97 respectivamente. Em 09 de maio de 2023, o BNDES dispensou o cumprimento da obrigação do ICSD para o ano de 2022. Para o ano de 2023, a Companhia solicitou ao BNDES um waiver para dispensa do atingimento do referido índice, contudo, até a emissão destas demonstrações financeiras, não fora deferido o pedido de dispensa por parte do BNDES. Dessa forma, a Companhia e suas controladas efetuaram a transferência de todo o saldo da dívida do não circulante para o circulante.

A Companhia manterá os esforços para a formalização da obtenção do waiver em 2024, onde, em cenário positivo, procederá com a reclassificação da dívida novamente para o não circulante.

Para o ICSD apurado em 31 de dezembro de 2022, houve a necessidade de se efetuar um depósito no montante de R\$6.488, que ocorreu em 03 de abril de 2023.

Para que o ICSD consolidado apurado em 31 de dezembro de 2023 (no valor de 1,17) resulte em 1,20, a Companhia deverá manter o montante complementar de R\$733, podendo resgatar a diferença entre o montante depositado para complementar o exercício de 2022.

A Companhia deverá manter os recursos depositados na conta de complementação do ICSD até a próxima apuração do índice, a ser realizada no ano imediatamente subsequente. Deste modo, caso no ano imediatamente subsequente, a Companhia apure o ICSD de 1,20, sem considerar os recursos mantidos na conta de complementação do ICSD, o saldo será liberado para movimentação.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Principal e juros incorridos	151.204	158.692
Segregado entre:		
Circulante	<u>151.204</u>	<u>158.692</u>
	<u>151.204</u>	<u>158.692</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue:

<u>Saldo em 31 de dezembro de 2021</u>	<u>165.710</u>
Juros incorridos	14.351
Amortização de juros	(13.147)
Amortização de principal	(8.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>158.692</u>
Juros incorridos	14.154
Amortização de juros	(12.630)
Amortização de principal	(9.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>151.204</u>

16. ARRENDAMENTO

As controladas da Companhia possuem contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

<u>Contratos com prazo de vigência maior de 12 meses</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Total dos Contratos	7.795	7.325
Encargos financeiros futuros	(4.870)	(4.640)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>2.925</u>	<u>2.685</u>
Circulante	19	24
Não circulante	<u>2.906</u>	<u>2.661</u>
	<u>2.925</u>	<u>2.685</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Arrendamentos

Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.507
Atualização monetária	209
Apropriação de juros	281
Amortizações	<u>(312)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.685</u>
Atualização monetária	278
Apropriação de juros	305
Amortizações	<u>(343)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>2.925</u>

O direito de uso sobre os contratos firmados está registrado na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 11.

17. OUTROS PASSIVOS

	Consolidado	
	2023	2022
Obrigação contratual (a)	5.437	2.300
Total circulante	<u>5.437</u>	<u>2.300</u>
Obrigação contratual (a)	653	1.339
Provisão para desmobilização (b)	7.408	630
Total não circulante	<u>8.061</u>	<u>1.969</u>
Total outros passivos	<u>13.498</u>	<u>4.269</u>

- (a) A controlada Eólica Serra das Vacas V S.A. apurou déficit de geração ao final do segundo ano de seu quadriênio, que se encerrou em setembro de 2020, o saldo do ressarcimento anual do déficit seria liquidado em 12 parcelas conforme regimento do Contrato de Energia de Reserva CER, contudo ocorreu a suspensão da liquidação do ressarcimento relativo às usinas eólicas objeto de pedidos de reconhecimento de Constrained-off à ANEEL, em virtude de Despacho da ANEEL nº 2303/2019. Para controlada Eólica Serra das Vacas VII S.A., foi apurado superávit tanto em todos os anos do 1º quadriênio, quanto no 2º ano do 2º quadriênio. Vide nota explicativa nº 6.
- (b) Referem-se aos custos estimados pela Companhia, a serem incorridos no futuro, para desmobilização e retirada dos ativos instalados nos parques eólicos. O montante estimado foi ajustado a valor presente e, representa a melhor estimativa atual da Administração. A contrapartida dessa provisão, está registrada na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 11.

18. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, avalia a necessidade ou não de registro de constituição para riscos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem o registro de provisão para riscos que fosse necessária à sua divulgação.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

Em 28 de abril de 2023, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 7.264.368 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 31 de maio de 2023, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 1.134.200 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 29 de junho de 2023, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 855.550 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 31 de julho de 2023, Assembleia Geral Extraordinária deliberou pelo aumento de capital mediante a emissão de 377.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, integralizadas via aporte efetuado em reais.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social integralizado é no montante de R\$90.063, dividido em 90.335.665 (R\$80.703.948 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Controladora					
	Capital subscrito e integralizado		Quantidade de ações	Capital subscrito e integralizado		Quantidade de ações
	31/12/2023	31/12/2023	%	31/12q2022	31/12/2022	%
Eólica Serra das Vacas Participações S.A.	90.063	90.335.665	100%	80.431	80.703.948	100%

19.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

19.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

19.4. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo do exercício	(1.421)	(7.793)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	<u>86.704.047</u>	<u>80.703.948</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,01636)</u>	<u>(0,09656)</u>

20. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Suprimento de energia elétrica - energia de reserva - CER	46.034	43.017
Sobras e déficit da obrigação contratual – CER	(1.371)	(1.732)
Total receita bruta	<u>44.663</u>	<u>41.285</u>
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(1.668)	(1.569)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(190)	(172)
Total	<u>(1.858)</u>	<u>(1.741)</u>
Total de receita líquida	<u><u>42.805</u></u>	<u><u>39.544</u></u>

21. CUSTO E DESPESAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Depreciação e amortização	(14.080)	(13.502)
Despesa com pessoal	(1.208)	(1.644)
Compra energia para revenda	(23)	-
Serviços de terceiros	(4.337)	(4.583)
Arrendamentos	(57)	(83)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(2.613)	(2.345)
Material	(956)	(1.185)
Outros	(1.664)	(611)
	<u>(24.938)</u>	<u>(23.953)</u>

22. RECEITAS (DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Serviços de terceiros	(193)	(23)	(663)	(551)
Outras Despesas	(2)	-	(21)	(106)
Outras Receitas (*)	-	-	3.846	-
	<u>(195)</u>	<u>(23)</u>	<u>3.162</u>	<u>(657)</u>

(*) Em setembro de 2023, suas controladas receberam valores de indenização de seguros, referente a indenização total e final pelos danos materiais (quebra de máquinas), decorrente dos prejuízos do sinistro ocorrido.

23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	2023	2022
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	152	7
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(6.438)	(7.041)
Outras despesas	(246)	(229)
	<u>(6.684)</u>	<u>(7.270)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(6.532)</u>	<u>(7.263)</u>
	Consolidado	
	2023	2022
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	1.475	1.421
Outros	129	62
	<u>1.604</u>	<u>1.483</u>
	Consolidado	
	2023	2022
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(20.592)	(21.392)
Comissões e "waiver fee"	(150)	(266)
Outras Despesas	(1.437)	(777)
	<u>(22.179)</u>	<u>(22.435)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(20.575)</u>	<u>(20.952)</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

	Controladas			
	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	46.034	46.034	43.017	43.017
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	3.683	5.524	3.442	5.162
Receitas financeiras	1.604	1.604	1.483	1.483
Base de cálculo	5.287	7.128	4.924	6.645
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(793)	(632)	(738)	(597)
Adicional de IRPJ	(450)	-	(334)	-
Total	<u>(1.243)</u>	<u>(632)</u>	<u>(1.178)</u>	<u>(597)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>(1.875)</u>		<u>(1.775)</u>

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

	Controladora		
	Classificação	2023	2022
<u>Ativos</u>			
	Valor justo por		
Caixa e equivalente de caixa	meio do resultado	16	17
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Custo amortizado	16.504	23.622
Partes relacionadas	Custo amortizado	4.839	2.848
Dividendos a receber	Custo amortizado	3.941	2.731
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	Custo amortizado	-	7
Debêntures	Custo amortizado	50.015	50.497

Consolidado			
	Classificação	2023	2022
<u>Ativos</u>			
	Valor justo por		
Caixa e equivalente de caixa	meio do resultado	1.862	1.912
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	1.783	1.304
Contas a receber	Custo amortizado	7.620	6.176
Caixa Restrito e Contas Vinculadas	Custo amortizado	16.966	10.222
Partes relacionadas	Custo amortizado	2.412	1.000
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	Custo amortizado	1.299	1.791
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	151.204	158.692
Debêntures	Custo amortizado	50.015	50.497
Outros passivos	Custo amortizado	13.498	4.269
Arrendamentos	Custo amortizado	2.925	2.685

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, o acionista controlador dará suporte financeiro à Companhia e suas controladas, assim como, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA: acumulado últimos 12 meses: 4,62%.
- TJLP: 6,55%.
- CDI - acumulado últimos 12 meses: 13,04%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2023	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(50.015)	IPCA + 8,5%	(6.562)	(8.202)	(9.843)
	<u>(50.015)</u>		<u>(6.562)</u>	<u>(8.202)</u>	<u>(9.843)</u>
			Cenário		
Consolidado	2023	Índice ao ano	Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(50.015)	IPCA + 8,5%	(6.562)	(8.202)	(9.843)
Empréstimos e Financiamentos	(151.204)	TJLP + 2,45%	(13.608)	(17.010)	(20.413)
Aplicações Financeiras					
Vinculadas e Caixa restrito	9.505	CDI	1.239	1.549	1.859
Títulos e Valores Mobiliários	1.783	CDI	233	291	349
	<u>(189.931)</u>		<u>(18.698)</u>	<u>(22.628)</u>	<u>(27.155)</u>

h) Risco de capitalização

	<u>Consolidado</u> 2023	<u>Consolidado</u> 2022
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	201.219	209.189
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliário e aplicações financeiras vinculadas	<u>19.790</u>	<u>12.192</u>
Dívida líquida	<u>181.429</u>	<u>196.997</u>
Patrimônio líquido	67.237	59.026
Relação dívida líquida e patrimônio líquido - %	270%	334%

26. COMPROMISSOS

- a) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$1.600 ao ano, com vencimento em 2030, o qual possui reajuste anual pelo IPCA.

27. SEGUROS

Controladora e Consolidado

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral	10.000	19/12/2023	19/12/2024	Controladora e controladas
Riscos operacionais				
Parque eólico das investidas	279.328	19/12/2023	19/12/2024	Controladas

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Atualização dos contratos / Adoção Inicial - arrendamentos /imobilizado	278	209
Provisão para desmobilização	6.339	-

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 5 de abril de 2024.